



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
ANO III · Nº 36 · 2ª QUINZENA DE JULHO DE 1992 · Cr\$ 700,00

**SEM OS
TRIBUNAIS
POPULARES,
A CORRUPÇÃO
E A MISÉRIA
CONTINUARÃO.
ABAIXO O
GOVERNO
CORRUPTO,
ANTINACIONAL
E ANTIPOPULAR**

**VOTE NULO!
-PELA SOBREVIVÊNCIA
DOS OPERÁRIOS E SEUS
FAMILIARES!
-PELO PARTIDO
OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO!**

**VOTE NULO!
-CONTRA A FOME E A
MISÉRIA!
-PELO PARTIDO
OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO!**

**NADA DE CAMPANHA DISTRACIONISTA PELO
IMPEACHMENT OU POR ELEIÇÕES
POR UMA CAMPANHA
NACIONAL DE LUTA EM DEFESA
DO SALÁRIO E DO EMPREGO E
PARA PÔR ABAIXO
O GOVERNO COLLOR!**

A CRISE DA ECONOMIA CAPITALISTA

Qualquer trabalhador sente na pele a intensidade da crise econômica capitalista. Os economistas burgueses, até mesmo os pró-burgueses, como Aloisio Mercadante do PT, admitem a existência de uma crise recessiva, porém, momentânea. São mentirosos.

O que podemos perceber, se observarmos os dados da própria burguesia, é que as manifestações da crise econômica, por se tratar de uma crise de estrutura vem se desenvolvendo desde 1980. Podemos observar, por exemplo, que no início da década passada, em 1983, estavam desempregados 6,7% do PEA (população economicamente ativa).

Somente no mês de maio o desemprego em São Paulo foi de 52.000 pais de família. Na primeira semana de junho 4.550. Hoje, a situação do desemprego continua tão grave quanto no início da década de 80, tendendo a se agravar cada vez mais. O desemprego em massa e a ampliação violenta do exército de desempregados crônicos expressam a crise estrutural do capitalismo e não meramente conjuntural.

Por outro lado, os trabalhadores que se encontram empregados sofreram uma vertiginosa redução salarial. Um salário médio real que era de 86,7% na

mesma época, caiu hoje para 56,6%.

Esses dados evidenciam ainda mais a caminhada destrutiva da economia capitalista, e deixa claro que a forma de nos contrapor-mos à crise econômica capitalista é o método da luta direta (greves com ocupações, etc.). Pois pouco vale para os operários o emprego se são esmagados pelos baixos salários, que significa mais lucro para o capitalista.

Ao observarmos a prática das burocracias que se encontram nas direções sindicais, podemos perceber que há uma relação com tal aspecto da crise. Negociatas com as montadoras de SBC/DIADEMA, nada têm contribuído para os operários e em tudo têm favorecido os patrões. Inclusive declarações como: "O momento é de lutarmos pelo emprego e depois lutaremos pelo salário" têm deixado claro que quem arca com a crise capitalista são os trabalhadores.

TEMOS QUE DIZER
NÃO À POLÍTICA
TRAIÇOEIRA DAS
BUROCRACIAS SIN-
DICAIS!

MORTE AO
CAPITALISMO E SUAS
CRISES!

O fim da crise capitalista só virá com a revolução e ditadura proletária.

NÃO HÁ MAIS O QUE INVESTIGAR

As revelações da secretária de Collor de que o Presidente recebe dinheiro da empresa Brasil-Jet de PC Farias foram definitivas. A presença de Collor em rede nacional de televisão foi um abuso à inteligência da população. A confirmação precisa na CPI dos fatos pelo motorista Francisco Eriberto reforçou a denúncia da escandalosa rede de corrupção. Na verdade, não há mais o que investigar.

Muito antes do testemunho de Eriberto, era evidente a responsabilidade de Collor. O jogo de empurra-empurra e de mostra-esconde na CPI, serviu para amortecer o impacto do escândalo junto às massas trabalhadoras, que sofrem as consequências do desemprego e da fome. Porém, a apresentação de recibos de depósitos e a revelação da existência do manejo de dupla conta bancária com nome modificado pela secretária Ana Accioly, colocou a CPI e o parlamento e os partidos burgueses numa situação incômoda.

Não há mais o que dizer que Collor não pertence a quadrilha de Paulo Cesar Farias (PC), suspeita inclusive de ter ligação com o narcotráfico e com o contrabando internacional. A manobra inicial de se utilizar a CPI para condenar PC

Farias e inocentar o Presidente da República se fez. Já não é possível frente à população trabalhadora isentar Collor da corrupção e esbanjamento do dinheiro público, quando impõe uma política de recessão, falências, demissões em massa, rebaixamento salarial, desestatizações, destruição da Previdência social e retrocesso com conquististas sociais.

O problema já não é mais de provas, como argumentavam os parlamentares, o Procurador Geral da República, governadores e industriais, mas sim do desfecho da crise. A solução da bancarrota do governo e da imensa corrupção estatal está nas mãos de quem? Está em poder da burguesia, representada no Congresso e na CPI. Está nas mãos dos mesmos representantes que procuraram "sacrificar" PC Farias e livrar Collor. O que quer dizer que a manutenção do governo antinacional, antipopular e corrupto está colocada. A saída pela renúncia ou pelo impeachment (destituição por impedimento) depende das negociações entre as frações oligárquicas-burguesas que disputam o controle do Estado e estão profundamente divididas por essa razão.

A DIVISÃO INTERBURGUESA

Antonio Carlos Magalhães, governador da Bahia, lidera uma facção em defesa do mandato de Collor. Juntamente a este homem forte do PFL, está Leonel Brizola do PDT e Ulisses Guimarães do PMDB. Todos eles vêm trabalhando por inocentar o Presidente corrupto a qualquer custo.

Se Collor, no início de seu mandato, pretendia governar de forma independente das velhas frações oligárquicas, montando uma própria, agora com a bancarrota se transforma em marionete do PFL, ou melhor, de Antonio Carlos Magalhães. É de interesse do governador baiano escorar Collor e ditar sua política, de forma que possa dar ao PFL condições eleitorais para 1994.

Os compromissos financeiros do governador do Rio, Brizola, é tão grande com Collor, que está obrigado a se aliar com um dos maiores adversários seus no interior da política burguesa. O apoio ao pronunciamento do Presidente contra as denúncias do motorista Eriberto por Antonio Carlos Magalhães e Leonel Brizola comprova até que ponto chegou a decadência da política burguesa.

Por outro lado, em torno de Itamar Franco, vice-presi-

dente, se está articulando um movimento pela renúncia ou pelo impeachment. Os oligarcas de Minas Gerais, encabeçados por Aureliano Chaves, trabalham subterraneamente o apoio militar para uma possível queda de Collor.

É o que mais teme Antonio Carlos Magalhães, uma vez que enfraqueceria sua escalada à chefia do processo político, fortalecida ultimamente com o acúmulo de crises institucionais provocadas pelos escândalos de corrupção e fracasso da política antiinflacionária de Collor.

Desta forma, duas grandes tendências burguesas se digladiam no interior da crise: a que pretende a renúncia ou impeachment e a que pretende a continuidade do governo. A luta escondida dos bastidores do Estado sai às claras em meio à crise do regime político.

O destino do governo Collor depende desta divisão. Caso se aprofunde, a possibilidade de sua queda se reduz, uma vez que dependeria de um ato de força e de risco da divisão política se transformar numa grande rachadura do Estado, como ocorreu em 1964.

A POSIÇÃO DO PT E DA CUT: IMPEACHMENT AUSÊNCIA DE INDEPENDÊNCIA DE CLASSE

Até há pouco tempo, o PT se colocava por sustentar o mandato de Collor. Com o potente estrondo das denúncias, passou a defender o impeachment. A CUT segue o PT. E o PT segue quem? Segue a uma ala dos partidos burgueses opositores.

A bandeira do impeachment nasceu no interior da burguesia, por ser a solução que assegura a continuidade do regime político e está respaldada constitucionalmente. A direção da CUT lança a campanha "CPI prá valer" e "impeachment" para fortalecer a fração burguesa convencida de que a permanência do governo falido é o mal maior.

Jair Meneguelli e Lula vêm se destacando por defenderem a estabilidade democrática, que depende da moralização do próprio Congresso Nacional, tão corrompido quanto o poder central. Impeachment e a posse de Itamar Franco: eis a fórmula da CUT e PT, que não se abalaram nem um pouquinho com as revelações feitas pelos círculos presidenciais de que o vice-presidente também está metido à sua maneira com o tráfico de influência.

Na plenária estadual da CUT, recém realizada, Gilmar Carneiro rebateu duramente a bandeira de antecipação das eleições gerais, defendida pela Convergência Socialista e pelo bloco formado com a corrente CUT pela Base. Isto porque

nenhum setor da burguesia a estava defendendo. Sem dúvida, assim como passou da formulação de "não à Collor" para "impeachment", poderá vir a defender a antecipação das eleições presidenciais, bastando que os aliados burgueses a levantem.

Qual é a importância de tal posicionamento? Ela expressa o escasso desenvolvimento da independência política do proletariado frente à crise do regime burguês de dominação. A CUT se move não pela vontade e pela política de classe operária e sim sob a influência dos partidos e parlamentos burgueses.

A submissão do PT à oposição burguesa aliada revela toda sua estratégia de partido demagógico eleitoralista, obrigado a defender soluções de estabilização do Estado capitalista. Assim, nada de chamar as massas a lutar diretamente para pôr abaixo o governo patronal corrupto. Nem mesmo a solução democrática burguesa de antecipação das eleições, apregoada pela esquerda radical democratizante, é aventada, já que não está colocada pela própria burguesia.

A direção da CUT pelo PT a coloca como instrumento não da luta de classes, mas da colaboração.

A POLÍTICA PROLETÁRIA PARA A CRISE

A bancarrota de Collor devido aos escândalos de corrupção não pode obscurecer o fato de ser um governo burguês. Trata-se da falência da própria burguesia brasileira. A substituição de um governo por outro não põe fim à corrupção e mantém a miséria da maioria, submetida à superexploração capitalista. Ajudar os partidos burgueses e as oligarquias estatais a superarem a desagregação do regime político, significa estrategicamente sustentar a ditadura da classe capitalista sobre a maioria explorada. Os reformistas do PT e a burocracia da CUT trilham esse caminho.

Ao contrário, a política proletária se coloca contra a corrupção estatal não para moralizar o poder da burguesia, mas sim para mobilizar a força social das massas contra o governo e o Estado burguês. Os explorados, que trabalham e arcam com a putrefação da economia capitalista, é que devem julgar o governo corrupto e decidir sobre sua sorte. Para isso têm os sindicatos e a CUT, organismos de massa, capazes de organizar a luta.

Através deles é possível se formar tribunais populares por todo país, com o objetivo de julgar e ter uma ação independente dos assalariados perante às instituições do

Estado, que sempre estarão pela sustentação do poder da burguesia, ou seja, por trocar um governo antipopular e corrupto por outro.

A política pró-burguesa de impeachment e defesa de Itamar Franco é que bloquearam a possibilidade dos trabalhadores formarem os tribunais populares, levantarem suas reivindicações vitais e se lançarem às ruas. Ela é parte complementar da linha de conciliação de classes, que tem anulado a CUT e os sindicatos em torno de acordos colaboracionistas, como o das câmaras setoriais, das montadoras e da renúncia à luta pelo salário mínimo real.

Dizemos que o amordaçamento da classe operária é responsável pela iniciativa política de solução da crise governamental permanecer inteiramente nas mãos da burguesia. A defesa da campanha nacional de luta e formação dos tribunais populares é a via da vanguarda combater o colaboracionismo a possibilitar a uma camada do proletariado se projetar na luta política contra o governo dos exploradores, empunhando a bandeira de Abaixo o Governo Corrupto, Antinacional e Antipopular de Collor, por um governo operário e camponês.

QUE A CUT ROMPA COM A SOLUÇÃO BURGUESA: PELOS TRIBUNAIS POPULARES, CONTRA A FARSA DA CPI

A T-POR lança para os trabalhadores e todas correntes do movimento operário a campanha pelos Tribunais Populares. A CPI da corrupção, o parlamento e a justiça estatal são instrumentos da burguesia, isto é, do poder do Estado burguês. Os assalariados não podem confiar um segundo sequer neles, com pena de anular-se como força social capaz de pôr fim ao governo corrupto e reacionário.

A tarefa consiste em construir organismos nascidos da mobilização operária e popular: são os Tribunais Populares. Estes não se tratam de dramatização pequeno-burguesa, mas sim de instrumentos de luta de classes, capazes de pôr as massas nas ruas contra o governo decadente e seus defen-

sos, bem como das alternativas burguesas de solução.

Cabe à CUT e aos sindicatos formarem os Tribunais Populares, nascido desde as assembleias, bairros, escolas, campo, etc. Eles são organismos de massas e por isso são capazes de construí-los. Porém, o obstáculo está na direção burocrática que insiste em ser correia de transmissão do parlamento e CPI para o interior do movimento operário.

Defendemos: fora com o apoio à CPI burguesa, fora com o impeachment: pelos tribunais populares independentes e abaixo o governo Collor, por um governo operário e camponês.

AFINAL, QUAL É O CONTEÚDO VERDADEIRO DO FORA COLLOR?

A T-POR tem criticado sistematicamente a bandeira do "Fora Collor" por se reduzir à defesa da convocação das eleições presidenciais para substituir o apodrecido governo. Ainda há aqueles que a reduzem ao impeachment. Dizemos que são soluções, ainda que distintas, adaptadas ao quadro do Estado e da política burguesa. Se opõem à tarefa de mobilização pela derrubada revolucionária do governo antinacional e antipopular.

Uma parte da militância da CS admira o fato de insistirmos na diferenciação do "Fora Collor" do "Abaixo Collor", pelo fato de considerarem que eles também defendem o fim do governo pela ação direta das massas. Se assim fosse, então seria um capricho sectário da T-POR. Mas a verdade não é bem esta.

Na reunião estadual da CUT, o delegado da CS fez a defesa do conteúdo da antecipação das eleições diretas. E no jornal "A Voz da Construção", do sindicato da construção e do mobiliário de São Bernardo e Diadema, formula assim o Fora Collor: "Nós, que assinamos esta matéria, achamos que temos que construir nas lutas nossa alternativa. Mobilizando pelo fim do governo Collor e por um governo dos trabalhadores, encabeçado por Lula". Como se vê, a Convergência continua a iludir a vanguarda com a estratégia de um governo dos trabalhadores saído do voto e encabeçado pelo PT (Lula).

Em boletim, lançado às bases, a T-POR responde: (...) a diferença entre a Convergência e a Articulação é que a Articulação quer eleger Lula só em 94, respeitando o calendário eleitoral (agora propõe o impeachment) já estabelecido e a Convergência quer antecipar o calendário de forma bem oportunista".

Pró-comite de luta aprova manifesto

A T-POR, intervindo no Comitê Fora Collor, para defender a linha da derrubada revolucionária do governo antipopular e antinacional, logrou que se aprovasse a campanha pelos Tribunais Populares. Desta forma, chama todas as correntes do movimento operário e sindical a se empenharem pela mobilização em torno dos Tribunais Populares. Eis a convocatória:

AS ENTIDADES SINDICAIS;

AOS MOVIMENTOS POPULARES;

AOS PARTIDOS POLÍTICOS;

AOS TRABALHADORES.

Tendo em vista o tremendo arrocho salarial e o desemprego que a classe trabalhadora vem sofrendo por imposição do governo Collor.

Considerando que este governo abre mão da sobrevivência da economia nacional e da sobrevivência dos operários e seus familiares, impondo uma miséria sem limites, no caminho da barbárie.

Em vista das constantes denúncias de corrupção que atingem ministros, pessoas de influência e o próprio Presidente.

Tendo em vista que o Estado burguês, os parlamentares e a justiça que se encarregam de apurar e julgar este estado de coisas, são parte da corrupção e juiz ao mesmo tempo.

Verificando os acordos de cúpula implementados pelos partidos com assento no parlamento no sentido de encobrir e limpar os nomes dos envolvidos nos escândalos.

Considerando que só a classe trabalhadora explorada, cabe julgar e punir estes criminosos, exploradores e corruptos.

O pró-comitê Fora Collor do ABCD convida todos os sindicatos, entidades, movimentos sociais e os trabalhadores em geral a participarem de **PLENÁRIA PARA ORGANIZAR UM TRIBUNAL POPULAR E JULGAMENTO POPULAR DO GOVERNO COLLOR E ESTE SISTEMA QUE SE SUSTENTA NA EXPLORAÇÃO DO HOMEM PELO HOMEM.**

Esta plenária ocorrerá no dia 10 de julho de 1992, sexta-feira, às 19 hs, na Câmara Municipal de São Bernardo do Campo, Pça. Samuel Sabatini.

PARTICIPE!

POR SALÁRIO E EMPREGO PARA TODOS!

ESCALA MÓVEL DE SALÁRIO E DAS HORAS DE TRABALHO!

ROMPIMENTO COM O FMI!

NÃO AS PRIVATIZAÇÕES!

NÃO A SUPER-EXPLORAÇÃO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS!

POR TERRA E TETO PARA TODOS OS OPRIMIDOS!

PELA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RUMO AO SOCIALISMO!

FORA COLLOR, SÓ A LUTA DIRETA PODE DERUBÁ-LO!

PRÓ-COMITÊ FORA COLLOR, JÁ

POR UMA CAMPANHA NACIONAL POR EMPREGO E SALÁRIO MÍNIMO REAL, COM ESCALA MÓVEL DE REAJUSTE E PELOS TRIBUNAIS POPULARES

A produção industrial de São Paulo caiu 7,5%, o que significa um abalo para toda a economia nacional, uma vez que esta responde por cerca de 40% de seu total. Segundo dados, a queda não foi maior devido às exportações, pois o consumo interno despencou em 8,5%.

Comparando a abril: "Os números acumulados das homologações dão a medida da crise: só neste mês já foram 7.149, desde o começo do ano chegaram a 96.903; e nos últimos 12 meses bateram em 132.864" (Folha de São Paulo, 23 de junho). Somente em São Paulo, são 1.226.000 de desempregados, equivalente a 16,14% da força de trabalho da região.

Na região da Zona Franca de Manaus, 48% estão desempregados e a média nacional de desemprego é de 16%. A recente decisão da Justiça a favor das 2.003 demissões da EMBRAER de São José dos Campos demonstra

bem a continuidade da recessão e a destruição de milhares de postos de trabalho.

É isso que explica, juntamente com a queda salarial, a redução drástica do consumo de produtos básicos da população, como o arroz e o feijão. Em resposta, tem ocorrido saques e a importante passeata promovida pelo movimento dos desempregados na zona sul de São Paulo. Com a bandeira de "Fora Collor, Já, Queremos Trabalhar", as centenas de desempregados apontaram o caminho da luta, ou seja, o da ação direta.

Sem uma resposta massiva e a nível nacional não há como derrubar a política esfomeadora dos capitalistas internos e imperialistas. A CUT precisa romper com a colaboração classista de sua direção e lançar a campanha nacional por emprego, salário mínimo real, com escala móvel e tribunais populares contra o governo corrupto.

ELEIÇÕES E PODER ECONÔMICO

A revelação de que a eleição de Collor se deveu em grande parte à fabulosa caixinha de US\$ 100 milhões e todo tipo de favores, como a dos jatinhos de PC Farias, veio a reforçar a comprovação de que o poder econômico decide os resultados das urnas. Segundo estimativa da imprensa, um candidato a prefeito de São Paulo para concorrer a vencedor necessita de US\$ 6 milhões (um dólar está cotado em Cr\$ 3.750,00). Seis candidatos gastariam por volta de US\$ 40 milhões.

Eis alguns números de gastos: "Só para se ter uma idéia, 500 mil exemplares de "santinhos", em papel jornal, em uma cor, custam em torno de Cr\$ 2 milhões, cem outdoors Cr\$ 13 milhões, a produção dos

programas de TV sai por Cr\$ 3.2 bilhões..." (Estadão, 25 de junho). Como forma de previsão financeira da campanha, os planejadores calculam gastos de 25 a 30 dólares por voto.

As chamadas "caixas 2" são formados por contribuições de capitalistas, que apostam no seu candidato para, vencidas as eleições, usufruírem das vantagens do dinheiro público. Assim, o voto popular é influenciado pelo rio de dinheiro para elevar ao poder mais um governo da burguesia. Os trabalhadores são arrastados e enganados pelo poder econômico. É assim que funciona a democracia dos exploradores, utilizada para a manutenção do regime de exploração do trabalho.

VOTO NULO NAS MUNICIPAIS CONSTRUIR O PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

Os trabalhadores devem se manifestar pelo voto nulo programático nas eleições. Ou seja, anular o voto em defesa de suas reivindicações e da construção do Partido Operário Revolucionário (POR). Os partidos que concorrem às eleições representam direta ou indiretamente a burguesia.

Inclusive a candidatura de Suplicy não foge à regra. O PT se tornou um partido pró-capitalista, não guardando nenhuma identidade com as necessidades de luta anticapitalista dos trabalhadores. A violência como foi tratada a greve dos condutores por Erundina, digna de um governo burguês, comprova este fato.

Isto quer dizer que o voto em qualquer uma das candidaturas reforça os partidos da burguesia e enfraquece a tarefa de construir o partido operário revolucionário, que não objetiva

chegar ao poder através de eleições e sim pela insurreição das massas.

As eleições são uma forma de manifestação da política capitalista, que em determinadas circunstâncias o partido proletário pode se utilizar para levar o programa de luta para as massas e para desmascarar a demagogia democratizante dos partidos da ordem patronal. Porém, na ausência do partido revolucionário, a burguesia utiliza livremente o voto para ludibriar e submeter os explorados. É a situação que atravessamos.

Em resposta às manobras eleitoreiras, a vanguarda empenhada na construção da política proletária, ou seja, do partido revolucionário, chama os trabalhadores a abrirem os olhos, anularem o voto e se colocarem pela formação de seu partido de classe.

PT E PC do B, MESMA POLÍTICA DE ALIANÇA

Um dos aspectos de divisão interna do PT foi a questão das alianças eleitorais. A Articulação, corrente dirigente do partido, impôs a linha de frentes com os partidos burgueses, considerados progressistas, como PSDB, PDT, etc. Em São Paulo, frustrou a tentativa de coligação com o PSDB, tão almejada por Suplicy. Porém, na capital baiana, o PT apoia a candidatura de Lidice da Mata (PSDB). Com ele está o PCdoB. PT e estalinistas confluem na tática de apoio às candidaturas burguesas "progressistas". Em Alagoas, o PCdoB chegou ao ponto de integrar-se à candidatura de Teotônio Vilela Jr., rico usineiro da região.

A cada situação eleitoral os petistas e estalinistas revelam sua real vocação política de escora de uma fração burguesa contra outra, apoiando-se no velho esquema de que há que apoiar a esquerda patronal contra a direita. Foi assim que o PCdoB, no passado, apoiou a candidatura de Quércia, em nome do voto útil, contra a do PT. Temos que rechaçar esta politicagem, realizada em nome da classe operária. Contra ela, nas municipais chamaremos o voto nulo programático, pela construção do partido operário revolucionário.

VOTE NULO!

**-PELA SOBREVIVÊNCIA DOS OPERÁRIOS E SEUS FAMILIARES!
-PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO!**

VOTE NULO!

**-CONTRA A FOME E A MISÉRIA!
-PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO!**

PORTUÁRIOS: Burocracia Sindical vence mais uma batalha contra os trabalhadores

○ Projeto de Lei nº 8, aprovando a chamada "modernização dos portos" na verdade, trata-se mesmo é da privatização foi votado em 26/06 pela Câmara dos Deputados.

○ resultado final da votação já era o previsto. Votou-se pela privatização e contra o emprego de milhares de portuários qualificados como "avulsos".

Caso único no país, desde 1934 a contratação de mão de obra avulsa é monopólio do sindicato, ou seja, garante-se um piso salarial de US\$ 400, além do que mantém sindicalizados e organizados 100% dos trabalhadores fixos e avulsos dos portos e define o piso salarial da categoria.

Apesar de todo esse poder de fogo, a burocracia sindical dos portuários conseguiu quebrar o movimento em dois momentos distintos: o primeiro, ao circunscrever a reivindicação da não privatização aos portos (PL/08), não ampliando o movimento contra TODAS as privatizações, mantendo assim isolado o movimento que utilizava do método próprio da classe trabalhadora: a greve geral por tempo indeterminado que deveria ter sido estendido as demais categorias.

Num segundo momento, apostou todas as fichas na ilusão de que a solução do problema dos trabalhadores se daria através das instituições burguesas, via parlamento, aceitando a proposta de Marcílio Marques Moreira de suspensão da greve para que a negociação se desse "num clima mais calmo e sem pressões de parte a parte". O que arrancou do sindicalista Carlos Eduardo da Silva, a seguinte "pérola" do peleguismo nacional: "Os estivadores continuam em estado de greve, mas com toda DELICADEZA iremos discutir na Câmara e no Senado" (Diário Popular - 25/06).

Resultado final: 8 dias depois da suspensão da greve e 24 horas após a tão "bril-

hante" afirmação do sindicalista, a Câmara dos Deputados votou a favor do PL/08.

○ significado da aprovação deste projeto de lei: 60.000 portuários avulsos estarão desempregados, dentro de um prazo máximo de 6 meses; fim do monopólio da contratação pelos sindicatos; criação de um "paraíso" fiscal para os empresários que se viram livres de quase todas as taxas hoje cobradas para embarque e desembarque de mercadorias nos portos; quebra da unidade e organização sindical do setor.

Revoltada a base portuária pressiona o sindicato para entrar em greve a partir de 14/07.

Para se reverter a situação, depois de tamanha traição da burocracia sindical, apoiada na frente burocrática CUT/PS/CGT, os trabalhadores terão de formar um comando de greve independente e lançar a bandeira de luta geral contra a desestatização e a política entreguista de Collor, apoiada pelo Congresso Nacional.

Generalizar a luta contra as privatizações

Para o deputado do PMDB, Luis Roberto Ponte, greve para não perder emprego é greve para manter um privilégio. Para ele portuário é "bico" e não profissão, pois se trata de atividade sazonal. Segundo o deputado, com a indenização de Cr\$ 50 milhões para cada avulso que se desligar espontaneamente, se poderá formar uma associação de mão de obra. Isto ninguém impediria. Como apelo final diz que a sociedade não precisa de tantos empregos nos portos. (O Estado de São Paulo, 22/06)

Tantas barbaridades ditas numa única entrevista, justamente pelo presidente da Comissão Especial da Câmara sobre a privatização dos portos, mostram até que ponto já se encontram degeneradas as relações de produção do sistema capitalista e até onde pretende ir o governo Collor: emprego é privilégio.

Para Jair Meneguelli e Aloisio Mercadante, respectivamente da CUT e

do PT, a resposta é o entendimento entre "capital e trabalho", ou seja, mesmo diante de tão negro quadro, expresso com todas as letras pelo deputado Luis Roberto Ponte, os petistas e a burocracia da CUT ainda pregam a conciliação de classe.

Portanto, a resposta está nas mãos dos trabalhadores: através da ação direta com ocupações e controle operário, generalização das lutas, não só contra as privatizações, mas pelo fim do sistema de exploração, pelo fim do governo opressor de Collor e, sobretudo, pela derrubada da burocracia sindical. Entretanto, esta luta só será possível através da construção de um verdadeiro partido operário revolucionário, capaz de dar direção ao movimento das massas e de liquidar pela via insurrecional a exploração de classe, na luta por um governo operário e camponês.

Uma luta antiimperialista

Durante toda essa discussão a respeito da privatização dos portos, a grita geral era de que o empresariado nacional já não tinha mais como sustentar os altos custos do transporte marítimo no país. O que servia como entrave para o crescimento econômico das indústrias nacionais.

Tudo em nome da economia nacional. Entretanto, com o avanço da discussão, verificou-se os verdadeiros interesses em jogo. O mais importante deles, é o que mostra a presença do empresário Jorge Gerdau Johannpeter, como principal articulador dos empresários pela privatização e liberação da mão de obra portuária.

Jorge Gerdau Johannpeter é o presidente do Grupo Gerdau, testa de ferro da multinacional americana IBM no Brasil que, recentemente, adquiriu a Aços Finos Piratini, privatizada no início deste ano. A intervenção deste empresário no processo de privatização dos portos significa que a grande discussão, em verdade, não é favorecer os interesses nacionais, mas, sim, favorecer os interesses internacionais (no caso específico, norte-americanos) no sentido de estabelecer

o monopólio imperialista sobre mais esse ramo da economia.

Esta intervenção reflete também o aprofundamento da implantação da política privatista e antinacional imposta pelo FMI ao governo títere de Collor, demonstrando ainda o grau de resistência dos trabalhadores, que começam a compreender melhor o significados dos planos entreguistas de Collor, pois está colocada, agora, a necessidade ocultar os reais interesses envolvidos na privatização dos portos.

É preciso desmascarar mais esta farsa do governo Collor, que para atender a exigência de desregulamentação da economia nacional, feita pelo imperialismo, não tem hesitado em atirar no desemprego milhões de trabalhadores e que agora se propõe a desempregar mais 60.000 portuários em nome da modernização com o apoio de uma burguesia nacional falida. A privatização dos portos é mais uma medida que leva a destruição de mais um setor econômico nacional, que irá diretamente para as mãos dos predadores imperialistas.

O SONHO DA AUTOGESTÃO DA KAUCHUK

Em fevereiro deste ano, os operários da Kauchuk, empresa do setor de borrachas de São Paulo, passaram ao controle da produção da empresa em situação pré-falimentar, por solicitação do próprio dono da empresa, Viktor Krawstchenko, com o apoio dos sindicatos dos borracheiros.

Em 30 dias de controle operário, retomou-se a produção, estabeleceu-se o controle de qualidade, foram abertas vagas para o setor de produção, retomaram-se os pagamentos da empresa concordatária, quitaram-se as dívidas com o FGTS, os salários foram colocados em dia e ainda, pela primeira vez em 3 anos, a empresa não fechou no vermelho. Tudo às custas de horas extras de trabalho e competência da comissão de fábrica, formada quase exclusivamente por operários, a exceção de um gerente contratado pela comissão, para auxiliar no controle de qualidade e um advogado.

Diante de tanta competência, o empresário não se conteve: prometeu passar o controle acionário da empresa para os trabalhadores. Euforia geral. Imediatamente, o advogado do sindicato Cirilo Oliveira foi chamado para formalizar a doação e legalizar a empresa autogestionária. Porém, desconfiando de tanta "bondade", resolveu investigar antes de acertar a doação. Resultado: a empresa estava falida desde 20 de maio, por uma dívida de Cr\$ 480 milhões de uma concordata anterior. 48 horas depois do anúncio da formalização da autogestão, foi decretada a falência da Kauchuk, pelo juiz da 26a. Vara Cível.

Ou seja, o empresário utilizou a farsa da auto-gestão para que os operários pagassem parte considerável de sua dívida e poder aguardar pacientemente sua falência.

O ocorrido serve para que os operários tirem desta experiência algumas lições:

1o. Somente a burocracia sindical, defensora a qualquer preço da conciliação de classe, é capaz de conceber e fazer com que os trabalhadores creiam que a auto-gestão é uma dádiva do burguês e não uma conquista dos trabalhadores na sua luta contra a opressão de classe;

2o. Ao contrário do que dizem os reformistas, os trabalhadores são capazes sim de tocar uma empresa com eficiência e racionalidade e assim o fazem porque ao contrário do burguês que conhece de "ouvir falar", os trabalhadores conhecem porque põem a "mão na massa", o que os torna mais capacitados para controlar a produção e eliminar o terrorismo patronal imposto pelas chefias, pois dominam o conhecimento e seu objetivo principal é uma condição de vida digna, negada a quem produz dentro do sistema capitalista;

3o. A auto-gestão não é compatível com o sistema capitalista de produção que exige uma alta concentração dos meios de produção. Auto-gestão só é possível quando é uma conquista geral dos trabalhadores através da revolução socialista, ou seja, da expropriação da burguesia e da destruição do capitalismo.

Fora destes parâmetros só encontraremos o trágico exemplo da Kauchuk: trabalhar mais para diminuir a dívida do patrão.

MONTADORAS: ACORDO A FAVOR DAS MULTINACIONAIS DE CARRO

O setor automobilístico é dominado por completo pelo capital estrangeiro. Trata-se de um monopólio da burguesia imperialista, que se utiliza dos países atrasados para explorar a mão de obra barata, o que lhe confere altos lucros. Um acordo reduzindo impostos e mantendo os salários achatados serve para proteger o lucro das multinacionais.

O governador Fleury, um dos maiores patrocinadores do acordo das montadoras, revela que o estado de São Paulo deixou de arrecadar Cr\$ 40 bilhões. Falta ainda revelar o total das perdas de arrecadação englobando todos os estados e o governo federal. Sem dúvida é uma fábula, que vai para os cofres da Autolatina, Fiat, etc.

No período de 3 meses, os metalúrgicos do ABCD não sofreram demissões, mas foram obrigados a arcar com a brutal perda salarial. As multinacionais não reduziram seus lucros frente à crise econômica. Foram os trabalhadores e as finanças públicas que tiveram de arcar com as perdas. E desta maneira sustentam a propriedade capitalista multinacional.

Este processo de crise vem de mais de uma década. A redução de empregos no setor metalúrgico automobilístico foi de mais de 20 mil somente no ABCD. O acordo que prevê a manutenção dos empregos é uma farsa passageira, para se obter dos trabalhadores o consentimento forçado de redução salarial, pois nem bem terminou o acordo em 26/06 o setor automobilístico demitiu mais de 1.000 operários entre 26 e 28 de junho (Diário Popular).

A renovação do acordo para até dezembro já não assegura o pleno emprego. "Caso ocorram demissões entre agosto e outubro, o trabalhador terá direito a um salário a mais de indenização" (Estado de São Paulo - 02/06). Promete-se a esmola de um salário por um longo período de desemprego e desespero da família trabalhadora.

A burocracia do Sindicato Metalúrgico, dirigida pela Articulação (PT), é responsável por ludibriar os operários e não lhes dar outra alternativa senão ceder às pressões dos capitalistas. Sem romper esse cerco, nem o emprego e nem os salários estarão assegurados.

→

VOTE NULO!

**-PELA SOBREVIVÊNCIA DOS OPERÁRIOS E SEUS FAMILIARES!
-PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO!**

VOTE NULO!

**-CONTRA A FOME E A MISÉRIA!
-PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO!.**

UM ACORDO CRIMINOSO

Em fins de junho, Fleury tomou a decisão de cortar investimentos de US\$ 120 milhões mensais para US\$ 70 milhões, prevendo que poderia chegar a US\$ 30 milhões, caso a queda de arrecadação continuasse a vigorar. Ao mesmo tempo, optou por manter neste período eleitoral a mesma política salarial de esmagamento do funcionalismo. Enquanto subsídia o lucro das multinacionais automobilísticas, em nome do fim da recessão, reduz

os investimentos em obras públicas no valor de US\$ 50 milhões de dólares.

Como se vê, no é a recessão que está em jogo e sim a proteção dos interesses dos monopólios e trustes automobilísticas. Os assalariados públicos que são mais de 500 mil não podem tolerar pagar com a destruição de suas condições de vida o acordo pró-imperialista do PMDB e seus lacaios.

METALÚRGICOS DO ABC NEM MAIS UM MINUTO DE CONCILIAÇÃO DE CLASSES.

A liderança sindical de São Bernardo ameaçou com a greve, caso não fizesse parte da renovação do acordo das montadoras. Sabemos que Vicentinho tudo tem feito para não estourar a greve geral no berço das lutas operárias. Está disposto novamente a abortar a campanha salarial, adiada de abril para julho.

Sem luta, por mais um período, os metalúrgicos estarão a mercê das multinacionais.

Nossa bandeira é: "nada de acordo a favor dos capitães da indústria automobilística", "pela organização da greve massiva", baseada nas grandes assembleias de Vila Euclides.

Que os metalúrgicos do ABCD e de São Paulo se unifiquem num único movimento pela greve com ocupação de fábrica contra as demissões e o confisco salarial.

PLENÁRIA ESTADUAL DA CUT

UMA PLENÁRIA SOB O DOMÍNIO DA BUROCRACIA SINDICAL

Nos dias 26, 27 e 28 de junho realizou-se em São Paulo, a plenária estadual da CUT. Contou com a participação de 242 delegados (grande maioria de diretores sindicais) e com a presença da FSM (Federação Sindical Mundial) e com um representante da CIOSL (Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres). Primeiramente se discutiu os recursos da participação das delegações dos previdenciários, construção civil de Campinas e condutores de São Paulo. Não houve reconhecimento da delegação dos condutores, apesar dos fortes argumentos sobre a greve, das prisões e demissões, da intransigência da prefeita petista em readmitir os grevistas e, por isso, as dificuldades em cumprirem os prazos e eleição e pagamentos para com a Central.

A reunião tinha como objetivo aprovar um plano de luta e eleger os delegados para a plenária nacional. Os demais pontos de pauta eram indicativos para a nacional.

Sobre o Plano de Luta aprovou-se o documento da executiva estadual da CUT. Todo material de campanha estará com a consigna "Não Colla Mais!", "Basta de corrupção", "CPI Prá Valer", "Impeachment para Collor". Essas bandeiras foram defendidas pela corrente política Articulação para rebater a proposta de "Fora Collor e eleições gerais", das correntes de esquerda democratizantes (CS, PC do B, CUT pela Base). A polarização se deu entre aqueles que se colocavam pela defesa do impeachment a Collor e os que

defendiam o fim do governo e novas eleições. Com a votação majoritária pelo impeachment, o PC do B apresentou emenda no sentido de incluir, neste texto, a frase fim do governo Collor, o que foi aceito por todas as correntes de esquerda e rejeitado pela Articulação, portanto, pela maioria do plenário.

O plano que foi aprovado não visa organizar massivamente os trabalhadores para pôr fim ao governo corrupto e sua política de fome e miséria. Mas sim utilizar o movimento para pressionar a CPI do Congresso Nacional e dar poderes para que o mesmo coloque o impeachment ao governo. A via do impeachment, como a das eleições gerais, não resolverão a profunda crise do país. Tratam-se de artifícios que servem unicamente para sustentar o regime burguês putrefato.

Ao invés de aprovar uma Campanha Nacional contra o desemprego e a carestia para pôr nas ruas milhões de trabalhadores contra a política de Collor e do imperialismo, com o objetivo de pôr abaixo, pela ação direta das massas, esse governo podre e em defesa das reivindicações mais elementares como salário mínimo real e emprego a todos, a plenária votou pela pressão ao parlamento e pelo apoio às instituições da democracia burguesa.

Para escolha dos delegados à plenária nacional da CUT houve duas chapas: uma formada pela Articulação que obteve 145 votos, ou seja, 28 delegados; outra composta pela CS, PC do B, CUT pela Base e O Trabalho,

que conseguiu 79 votos, portanto, 15 delegados. As chapas expressavam, de um lado, o impeachment e, de outro, o Fora Collor (eleições gerais). Significa que ambas pretendiam a substituição do governo pela via da legalidade burguesa e não pela mobilização direta dos trabalhadores. Portanto, a diferença não era estratégica e sim tática, pois as duas utilizavam os mecanismos legais para a troca do governo e negavam o método revolucionário para pôr fim ao governo corrupto.

A plenária aprovou indicativamente a filiação da CUT à CIOSL, ou seja, a uma internacional sindical pró-imperialista. Da mesma maneira, votou favorável à participação nas câmaras setoriais (fórum com o governo e os patrões). O que evidencia o papel colaborador de classes da burocracia sindical. A política ditada pela CIOSL é a da defesa do capitalismo em decomposição, a de sustentação do neoliberalismo e dos acordos (pacto) entre capital e trabalho.

Desta forma, as resoluções aprovadas são mecanismos de freio à luta direta das massas e sustentáculos do regime de exploração do trabalho. A burocracia sindical deu mais um passo na sua integração ao Estado burguês. A independência da CUT frente aos patrões e do governo foi mais uma vez golpeada. Com essa política só teremos mais derrotas, por isso, não há outra alternativa senão lutar contra esses burocratas, que já fizeram do sindicalismo um meio de vida.

O MOVA NO JARDIM SANTO ANDRÉ

Há 3 anos o movimento de alfabetização de jovens adultos (MOVA), se formou no Jd. Sto. André, juntamente com outros bairros e regiões do município.

Para formar estes núcleos era necessário a aplicação de verbas para pagamento de monitores, água, luz, etc. A Secretaria Municipal de Educação firmou, então, um contrato como o MOVA e associações de moradores e sociedades de bairro, para suprir a necessidade de verbas.

Dentro deste contrato consta uma cláusula de proibição do uso de espaços públicos pelo programa de alfabetização. De tal sorte que a Secretaria enviava para as associações de bairros recursos para o pagamento de monitores, água, luz e manutenção das instalações.

Entretanto, os recursos foram enviados pela Secretaria, por um período de 3 anos, ciente de que os núcleos estavam instalados em escolas municipais, logo, não havia despesas de luz e água.

Há poucos meses das eleições, temendo um escândalo de corrupção envolvendo o PT, a mesma Secretaria e a supervisão do MOVA resolvem, sem consultar os alfabetizandos ou monitores, retirar os núcleos das escolas. Qual foi o argumento da Secretaria? É o de que algum partido pudesse se aproveitar das irregularidades para denunciar o PT na campanha política.

Não devemos, também, esquecer que o MOVA é fruto de iniciativa do governo democrático e popular do

PT. Diante de tal situação, entretanto, coloca-se a questão da real utilidade do MOVA. Será a utilidade de formação de "currais eleitorais" do PT, prova está que o voto a Suplicy está sendo exigido dos alfabetizandos, ou havia mesmo uma proposta clara no sentido de fazer evoluir a classe trabalhadora?

A elaboração do contrato, desde o princípio, proibindo o uso dos espaços públicos, já mostrava que o governo democrático e popular do PT não tinha intenção de colocar na ordem do dia a discussão nem a questão da educação e muito menos sobre quem decide a utilidade que deve ser dada aos chamados espaços públicos.

A decisão sobre a permanência do MOVA nos EMEIS cabe a uma assembleia dos bairros aonde os mesmos se encontram, instalados, sobretudo, porque lugar para se educar e alfabetizar é na escola e não em qualquer outro lugar a ser decidido pelas conveniências eleitorais do PT ou de qualquer outro partido. Com relação a corrupção do PT na questão das verbas destinadas ao MOVA e sua preocupação de que outros partidos burgueses descubram a fraude é problema da administração Erundina e que o PT explique, a quem necessário for, porque a corrupção também grassa em suas fileiras. Corrupção não é criada por trabalhador, portanto, ele não deve responder por ela.

ESCOLA PADRÃO: UMA FARSA QUE DUROU POUCO

A demagogia do projeto escola-padrão de Fleury não demorou nem seis meses para cair por terra. As 300 escolas que foram indicadas para o projeto estão na penúria. Não viram um tostão sequer das verbas milionárias que o governador contraiu com o Banco Mundial, não receberam o apoio pedagógico (sistema de multimeios, reciclagens, etc); as crianças continuam com a mesma merenda: bolacha seca e um grude chamado pudim.

Muitos pais que ficaram esperançosos com a reforma educacional estão assombrados com tamanha farsa do governo. Seus filhos permanecem quase seis horas na escola sem poder utilizar os banheiros (porque a maioria se encontra entupido), sem atividades porque não há material e nem espaço e, muitas vezes, sem professores e funcionários.

Na grande maioria dessas escolas são os alunos que contribuem com dinheiro para pagar cópias de xerox, suas atividades extra-classe (teatros, museus, fitas, etc) e até para pagar funcionários contratados pela APM.

Os professores estão com seus salários extremamente arroxados, a dedicação exclusiva é uma miséria (o que inviabiliza a sua permanência unicamente na unidade escolar) e não há como desenvolver nenhuma atividade pedagógica.

No dia 25 de

junho o governo submeteu os alunos aos exames para medir o coeficiente de aprendizagem. Para surpresa de todos, as provas exigiam experimentos em laboratórios, mas os alunos nunca entraram num laboratório, pois as escolas não os possuem. O que mostra a vergonhosa atitude do governo.

O balanço de um semestre de escola-padrão tem comprovado nossa rejeição inicial. O governo não tem condições de impor minimamente qualquer reformulação no ensino, pois é incapaz de atender as reivindicações elementares dos trabalhadores em educação, pais e alunos. Um governo que se nega a pagar o salário mínimo real a seus funcionários não pode jamais pretender melhorar a qualidade do ensino. Um governo que subsidia as multinacionais com isenção de impostos e sucateia a educação por falta de verbas não é capaz de solucionar o problema do analfabetismo ou do semi-analfabetismo.

A luta pela superação dos graves problemas educacionais passará, necessariamente, pela transformação econômica e social do país. Daí o papel importante de unidade dos educadores com a classe operária, única classe capaz de impor tal mudança.

REFORMA AGRÁRIA DE COLLOR E DOS PARTIDOS: MAIS GARANTIA AOS LATIFÚNDIOS.

O Projeto de Lei aprovado pela Câmara dos Deputados que permite a "desapropriação de terra que não cumpre a função social" não é um projeto de reforma agrária. Ao contrário, reforça a estrutura fundiária que predomina no campo. É uma reafirmação do art. 185 de 1988 da Constituição estabelecendo, dessa vez, apenas alguns parâmetros para o uso da terra, perfeitamente admissíveis pelos latifundiários, dando-se inclusive prazos e oferecendo tratamento especial para propriedades que forem consideradas produtivas e com função social.

A medida que se coloca como "função social" o respeito as leis de exploração do trabalho assalariado no campo, além de reforçar as propriedades nas mãos dos latifundiários,

mantem a super-exploração do trabalho.

Além disso, caso sejam confiscadas algumas propriedades que apresentarem trabalho escravo, as poucas famílias que forem assentadas brevemente serão

expulsas das terras por esgotamento dos recursos naturais e da falta de financiamentos, pois o "tratamento especial" será só para as propriedades produtivas!

Essa reforma agrária de brincadeira é uma continuidade da reforma de Sarney. E não poderia ser diferente, pois a burguesia nacional é incapaz de fazer a reforma agrária em função de sua submissão ao imperialismo, que domina boa parte das terras no campo.

Nesse caso veio à tona a impotência do reformismo petista, que barganha com o governo a aprovação desse projeto, mediante a aprovação da privatização dos portos.

A revolução agrária é parte do programa da revolução proletária, cuja tarefa depende da aliança operária e camponesa na luta pela expropriação do latifúndio. Virá através da luta de classes no campo e na cidade, que colocará a estatização dos meios de produção e da instituição do poder da maioria explorada, sob a direção da classe operária.

SOLUÇÃO DO IMPERIALISMO PARA A CRISE: ESTERILIZAÇÃO DAS MULHERES

Segundo estatísticas, nos últimos dez anos, houve uma redução na taxa de crescimento demográfico no país, de 2.5% para 1.9%.

A principal causa desta redução é o controle da natalidade, através da esterilização de mulheres.

Apesar do Ministério da Saúde alegar que não incentiva o programa de esterilização, verifica-se que os postos de Saúde facilitam a esterilização distribuindo anticoncepcionais sem orientação médica. Prova-se que hoje 44% das mulheres em idade fértil estão esterilizadas. O índice que chega a 70% em algumas cidades, é considerado por alguns setores da burguesia nacional, como uma medida necessária frente a crise econômica.

Controlar a natalidade não significa que os capitalistas garantirão empregos, salários, alimentos, enfim condições mínimas de sobrevivência para as famílias trabalhadoras. Ao contrário, verifica-se que os trabalhadores que ainda vivem estão sujeitos a serem destruídos fisicamente, dado o aprofundamento da miséria no país, com o aumento do desemprego e do arrocho salarial.

Tanto é verdade, que vem aumentando a índice de mortalidade infantil. Hoje a média nacional é de 85 para cada mil crianças. Em São Paulo, no Vale do Ribeira, chega a 113 para cada 1.000. Dos casos de mortalidade, 60% são por deficiência alimentar e desnutrição da mãe e 40% por doenças contraiadas por contaminação fecal ou oral.

O controle da natalidade é uma medida imperialista que visa impedir a reprodução da força de trabalho, dado que diante da crise de superprodução a solução capitalista é destruir parte das forças produtivas (desemprego) e não criar novas forças produtivas para o mercado. E a burguesia nacional, pela sua submissão política imperialista, tem aprofundado a miséria no país, mostrando portanto, a sua incapacidade de desenvolver a economia nacional e sequer alimentar os seus escravos modernos, assalariados.

A solução da crise econômica passa por desenvolver as forças produtivas que estão amarradas pela propriedade privada capitalista. E só o proletariado organizado poderá fazê-lo.

Congresso da UMES - SP:

Golpismo acaba com congresso para colocar a UMES à serviço de Fleury

No último dia 21 de junho acontecerá o XI Congresso da UMES - SP. O golpismo e o aparelhismo do MR-8 não permitiu a livre participação dos estudantes no Congresso. Primeiro, com as mudanças de datas e local do Congresso, impediu que se levasse o Congresso para dentro das salas de aula. O que acabou acontecendo foi a despolitização da tirada de delegados, que chegaram ao Caetano de Campos sem conhecer o que cada corrente (e principalmente a direção da UMES, o MR-8) pensava sobre a escola padrão, a privatização do ensino, a organização do movimento estudantil, etc. Com o apoio do governo, ao qual apóia, o MR-8 conseguiu fretar vários ônibus de luxo, pagar alimentação, etc para carregar seus delegados ao Congresso, que, com cartas marcadas, levaria a UMES a apoiar Fleury, a reforma no ensino e o candidato do PMDB à prefeitura.

Para ter certeza de que nada aconteceria de errado, a JR-8 (braço do MR-8 no ME) chegou ao ponto de propor a antecipação do credenciamen-

to para um dia antes do Congresso. Seu objetivo: fazer um "pente fino" para chegar ao congresso sem preocupações em ser absoluta maioria e ganhar a direção da entidade. O PC do B, através da UJS, a princípio não se opôs à manobra, desde que pudesse barganhar com o MR-8 os cargos da entidade. Mas quando viu parte de seus delegados serem impugnados juntamente com os da esquerda e os independentes, passou a criticar ferrenhamente o "golpe" do MR-8 e exigir a abertura do credenciamento no domingo.

O Congresso abriu com a troca de acusações entre as duas correntes majoritárias, com algum tempero colocado por intervenções isoladas das correntes ou de independentes. As discussões da parte da manhã resumiram-se na polêmica de reabertura ou não do credenciamento.

As correntes de esquerda, ultraminoritárias, ameaçaram abandonar o Congresso caso não fosse reaberto o credenciamento, e chamar um outro con-

gresso. Ou seja, se lhes fosse permitido participar do congresso (e portanto da direção da entidade), tudo estaria resolvido, mas se não o congresso era antidemocrático e era necessário a convocação de outro. Sua posição deixava de lado um "pequeno" detalhe: que os estudantes foram colocados à margem do mesmo, e é isso que importava.

Com a nova postura assumida pelo PC do B, o MR-8 não teve dúvida: chamou a polícia de Fleury, impediu o acesso das demais forças políticas à plenária onde se realizaria o evento e o dividiu em duas plenárias. Às 5 da tarde, considerou-se que o Congresso já não mais se realizaria, e decidiu-se pela convocação do Conselho Municipal de Entidades, para convocar novo congresso.

Para devolver a entidade aos estudantes e varrer com o aparelhismo que coloca a entidade à serviço da burguesia e seu governo e da destruição do ensino público, é necessário construir um movimento a partir das bases, sob um programa proletário.

JULGAMENTO DOS SEM-TERRA NO RIO GRANDE DO SUL

Num julgamento que durou 3 dias, foram condenados em Porto Alegre os 6 camponeses acusados de, no dia 08 de agosto de 1991, terem assassinado, a golpes de foice, um PM no conflito ocorrido entre sem-terra e policiais.

Os camponeses invadiram Porto Alegre para cobrar das autoridades o cumprimento das promessas de reforma agrária e assentamento de mais de 1.000 famílias em terras do governo do Estado, conforme promessa de campanha de Alceu Collares (PDT). Foram recebidos à baía, reagiram. Os 6 companheiros sem-terra foram presos sem qualquer culpa formada e sem que ninguém fosse capaz de dar uma prova testemunhal da participação dos mesmos na morte do PM, ainda assim permaneceram presos por mais de 8 meses, incomunicáveis.

Logo após, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, dirigido pela CPT e pela CUT lançou um "ameaço" de comitê pela libertação dos presos, que, confiando na justiça burguesa procurava, isoladamente, negociar a libertação dos companheiros e sua absolvição, caso se instruisse processo.

Como resposta, a juíza Elaine Harzheim Macedo, manteve a preventiva por mais 8 meses, instruiu o processo e condenou os réus, mesmo sem culpa formada à penas que variam de 4 a 7 anos de reclusão.

Nos mesmos moldes, correm hoje, no Brasil 4 processos contra lutadores da classe trabalhadora. Um na Bahia,

um no Pará, um no Rio Grande do Sul e outro em São Paulo (Diadema).

O interessante é notar que todos os processos têm pontos comuns como, por exemplo: prisão arbitrária, acusação sem culpa formada e luta pela terra e moradia caracterizando, conseqüentemente, prisões de caráter político, todos os juizes se encontravam em palpos de aranha.

Quem seria o primeiro a infringir dispositivos jurídicos e a criar um fato novo jurídico (jurisprudência) para condenação sem culpa formada e baseada apenas em provas circunstanciais? Por isso todos esses processos rolam há meses e há anos.

A juíza gaúcha abriu o precedente. A conseqüência imediata deve ser a aplicação da jurisprudência para todos os processos o que significa dizer que, num prazo bastante curto de tempo, os lutadores da classe trabalhadora da Bahia, Pará e São Paulo, sem contar com os condutores de São Paulo, também deverão receber a condenação.

Portanto, o que podemos fazer? Informar à CPT, à CUT e ao MTS que não há como esperar justiça dentro das relações institucionais burguesas e seu Estado? Isto seria chover no molhado. O fato é que para acabar com essas arbitrariedades de classe os comitês devem se unificar numa luta nacional contra a perseguição política, a falta de teto, de salário e o desemprego, lutando para derrubar o sistema de opressão de classe característico do imperialismo.

É necessário que se crie um fato político novo, para que seja possível proteger os lutadores da sanha dos exploradores e sua justiça. Para isso a unidade é imprescindível.

Cabe perguntar agora o que tem feito a CUT nesse sentido? A resposta é tão simples que toma proporções assustadoras: NADA. Onde está o peso da organização cutista num momento de franco progresso da repressão burguesa sobre os trabalhadores? Qual a posição da CUT diante das perseguições políticas que vêm ocorrendo, sistematicamente, por todo país? Será que a direção da CUT entende que repressão só existe nos moldes do golpe militar de 64? Que a repressão feita via justiça burguesa é diferente da repressão ditatorial dos generais? A CUT considera, então a justiça burguesa incontestável porque dá uma aparência de legalidade às perseguições políticas?

É função da CUT, que se reivindicava da defesa dos trabalhadores, levantar essas bandeiras, sair do imobilismo e deixar de olhar da janela a destruição dos trabalhadores, as prisões arbitrárias, as farsas dos julgamentos burgueses. Enfim, começar a cumprir sua função: lutar em prol dos trabalhadores e não dos patrões.

Que a CUT assuma imediatamente a coordenação dos comitês a nível nacional e saia dessa postura vergonhosa de apenas ficar "olhando a banda passar" enquanto o massacre continua.

COMITÊ PELA NÃO CONDENAÇÃO DE BONI, ROMILDO E TONHAO: PROSSEGUEM AS LUTAS CONTRA AS CONDENAÇÕES POLÍTICAS

Após o trabalho de coleta de assinaturas para o abaixo-assinado, para ser encaminhado às autoridades estaduais e municipais e ao juiz de direito de Diadema, no sentido de pressionar as autoridades contra a condenação dos mesmos, foi tirada uma comissão para entregar as quase 3.000 assinaturas as autoridades a que o mesmo se destinava.

Como era de se esperar, tanto o juiz Rubens Rihl, quanto o prefeito de Diadema, José Augusto e o governador Fleury, se recusaram a atender a comissão para que os mesmos fossem entregues pessoalmente, apenas aceitando a recepção via protocolo, o que demonstra o caráter antidemocrático e prepotente dessas instituições do governo burguês.

Uma vez entregues os abaixo-assinados, o Comitê deliberou por uma série de atos públicos que ocorrerão em Diadema:

DIA 12/07/92 - 15HS. - PÇA CELITE - NO JD CAMPANÁRIO, EM DIADEMA;

DIA 25/07/92 - 15HS. - JARDIM PROMISSÃO, EM DIADEMA;

além de diversas outras atividades que ocorrerão como pichações, colagens, panfletagens, etc.

O objetivo de se manter os atos públicos é o de alertar a população para o risco que corre o movimento operário e o movimento popular nas mãos dos imperialistas genocidas, que não hesitam em matar de fome e jogar ao desabrigo milhares de trabalhadores e, ao mesmo tempo, unir as forças populares para que se coloquem contra as condenações arbitrárias, promovidas pela justiça burguesa, a exemplo dos companheiros camponeses do Rio Grande do Sul, que receberam apesar de não terem culpa formada, penas variando entre 4 e 7 de reclusão.

Entretanto, temos que ter consciência de que a luta contra a repressão política no país passa, necessariamente, pela unidade da classe trabalhadora contra a minoria exploradora, que deve ser articulada num movimento mais geral de unidade de todos os comitês a ser trabalhado pela CUT.

A T-POR convida os participantes de todos os comitês contra prisões e condenações políticas a participarem de nosso comitê que se reúne todas as 4as. feiras, às 19hs., na sede da Apeoesp, em Diadema, Av. Alba, 406 para que possamos levar uma luta unitária contra o Estado burguês e suas instituições.

SOBRE A CARTA DE PRINCÍPIOS DA FRENTE REVOLUCIONÁRIA: UMA ANÁLISE MARXISTA

PARTE I

COM QUE MÉTODO UNIFICAR CORRENTES DISTINTAS

A Carta de Princípios objetiva estabelecer pontos estratégicos da Frente Revolucionária rumo à construção de um novo partido. Caracteriza que há uma dispersão da vanguarda em diferentes agrupamentos e correntes. Afirma: "Unir revolucionários, hoje e no Brasil, significa construir uma frente de revolucionários, com caráter transitório e num espaço de tempo ainda indefinido, rumo à construção de um partido revolucionário e, por consequência, de uma Internacional Revolucionária".

A dificuldade da Frente começa pela composição de diferentes posições, que teriam de ser aparadas com o tempo. Em um dos pontos expõe assim: "Unir os revolucionários não implica, não significa um ajuste de contas do passado para verificarmos, num balanço interminável, é impossível, se algum de nós

sempre esteve com a verdade". Esta formulação desconsidera que o passado tem grande importância para a unificação partidária, quando a política do presente é uma continuidade.

Não é importante um balanço de intervenção do PT, de onde vem a maioria das correntes da Frente? A adaptação democratizante eleitoreira ao PT da maioria delas foi superada? Cremos que não e, por isso, o passado ainda condiciona o presente, que condiciona o futuro programático da Frente. Nossa primeira divergência começa pelo método de não esclarecer o teor das divergências, que têm a ver com todo desenvolvimento das correntes, ou seja, da política de classe. É próprio do leninismo começar pelas divergências e não pelas semelhanças em se tratando da unidade programática dos revolucionários.

A FRENTE REVOLUCIONÁRIA E O PT

Um balanço de integração do PT no Estado burguês e a consequente expulsão das correntes de esquerda é necessário. A origem da frente está intimamente ligada à crise do PT. A forma genérica como é encarada a experiência do PT indica a dificuldade das várias correntes encararem tal tarefa.

Ao se analisar a vida concreta do PT, se obriga as correntes a revelarem sua própria atuação e avaliarem as responsabilidades táticas-programáticas. Se a submissão do PT à democracia burguesa e sua política de pacto social se devem à estratégia do governo democrático e

popular, bem como ao caráter eleitoreiro do partido, a estratégia do governo dos trabalhadores, submetida ao eleitoralismo, é responsável pela adaptação da maioria das correntes ao PT pró-capitalista, cuja ruptura ocorreu por questões táticas e não estratégicas. Seria isto verdadeiro ou falso?

Sem um balanço marxista da trajetória do PT e das correntes de esquerda não se pode responder a esta crítica, amplamente desenvolvida pela T-POR. Se se quer construir o partido da revolução socialista, como se propõe a Frente, então não há porque omitir essa rica experiência da luta de classes.

A ESTRATÉGIA DA DITADURA PROLETÁRIA

No tópico Socialismo e Estratégia, se defende "o uso da violência revolucionária por parte das massas" e "a luta pelo poder e pela destruição do Estado burguês". Genericamente, se contrapõe à via pacífica do reformismo. Porém, não se explica a omissão da estratégia da ditadura proletária. Qual é a razão de não comparecer como objetivo central da revolução socialista? Seria devido ao pouco desenvolvimento político das correntes que compõem o bloco?

Cremos que não é essa a razão, mas sim a negação da essência do marxismo-leninismo, que é a

destruição dos fundamentos do Estado capitalista, através da implantação da hegemonia do proletariado, que se faz através da ditadura revolucionária. Que valor tem o reconhecimento da necessidade da violência revolucionária e da tomada do poder sem que seja decorrente do princípio da ditadura proletária, ou seja, do fundamento de classe do Estado operário?

Ocorre que a Frente nasce sob a bandeira democratizante do governo dos trabalhadores da Convergência Socialista, adornada com noções de tomada de poder e destruição do Estado, originárias do

marxismo. Sem que se submeta a uma crítica séria e sem concessões a estratégia ambígua do governo dos trabalhadores, usada para eleger Lula, não se pode ter valor programático o objetivo declarado da revolução socialista e da construção do partido revolucionário.

No próximo número de Massas, continuaremos a análise da Carta de Princípios, nos seguintes aspectos:

- 1o. - O Partido e o Programa;
- 2o. - O Problema da Tática;
- 3o. - Caracterização da Crise do Leste Europeu;
- 4o. - O Internacionalismo Revolucionário.

TERCEIRO CONGRESSO DO COMITÉ CONSTRUTOR DO POR

QUANDO A LUTA POLÍTICA FRATERNAL E A PLENA VIGÊNCIA DO CENTRALISMO DEMOCRÁTICO PERMITEM AVANÇAR NA SÍNTESE REVOLUCIONÁRIA

Nossa pequena organização deu mais um importante passo na construção do Partido Operário Revolucionário. Em primeiro lugar, cabe resgatar o expresso no título: o esforço em realizar o Congresso na semana santa passada foi tão só o ápice de um intenso período de prévio debate interno, no qual não só esteve garantido o centralismo democrático, mas que foram-se perfilando diversas posições ante questões decisivas da situação internacional, nacional, da elaboração do programa e no próprio balanço político organizativo de nossa tendência, assim como a eleição de sua direção.

O simples fato exemplificativo que a imensa maioria das resoluções não foi votada por unanimidade e que os delegados se reagruparam numa outra moção (sobre diversos pontos) não por blocos faccionais, mas pelo critério político que julgavam mais correto, põe em relevo que se verificou o método elementar de crescimento político dos quadros e do partido em seu conjunto: a luta de idéias, despojada do carreirismo, dos ganhos "profissionais", do burocratismo. Que contraste com os grupos esquerdistas (estalinistas, ou pseudo-trotskyistas), cujas camarilhas dirigentes buscam a "unanimidade" como forma de disciplinamento burocrático!

O Congresso aprovou uma resolução política internacional e o Boletim Internacional nr.2 (emergente da VIII Sessão do Comitê de Enlace

pela Reconstrução da IV Internacional); ratificou-se assim a linha política internacionalista da classe proletária, que assinalando com justiça que o processo de restauração capitalista em curso na USSR, Leste Europeu, China e inclusive Cuba, não demonstra a morte do Socialismo, mas um retrocesso imposto pela culminação da política historicamente contra-revolucionária do estalinismo em todas suas frações. Assim mesmo, ratificou-se a caracterização de Estados Operários em desintegração que ainda conservam estes países, assim como a definição de que está colocada a REVOLUÇÃO POLÍTICA, cujo programa se aprofundou como consequência do debate congressual.

Ratificou-se também a orientação da defesa incondicional das nações oprimidas pelo imperialismo, a tática da Frente Revolucionária Antiimperialista, assim como se avançou no debate acerca das particularidades do enfrentamento nação opressora-nação oprimida no Oriente Médio e na América Latina. Neste sentido ratificou-se a caracterização de situação revolucionária na Bolívia, assim como a linha de defesa incondicional do Estado Operário cubano, que reforça a luta contra a política conciliadora com o imperialismo da direção castrista, e a necessidade de construir uma secção cubana de nossa tendência internacional.

Precisou-se a caracterização geral da situação mundial como "pré-revolucionária", assinalando-se correta-

mente o caráter estrutural da crise capitalista, que sua ofensiva antioperária leva à barbárie, se os explorados não transformarem sua resistência defensiva em francamente ofensiva, política, pela derrubada da burguesia em cada país.

Pôs-se extremamente em relevo a importância decisiva de construção do partido mundial da revolução socialista, a IV Internacional para que a classe operária possa cumprir tal tarefa.

Na situação política nacional, definida como "pré-revolucionária", analisou-se o presente refluxo na luta das massas, suas particularidades, o jogo de tendências contraditórias na própria situação política. E, especialmente, o papel de nossa organização, não como comentarista da realidade, mas como fator ativo na luta de classes, como fator transformador da situação política.

No terceiro ponto do congresso, este avançou significativamente na compreensão coletiva do significado e a importância da elaboração programática, como condição para superar os vícios empíricos no trabalho partidário.

Os avanços nos pontos citados, permitiram abordar com maior politização o balanço do trabalho, os planos futuros, assim como a seleção da direção.

(F. ARMAS)

(EXTRAÍDO DO JORNAL MASSAS ARGENTINO NR.57 de 27/04/92)

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A
REVOLUÇÃO
E A DITADURA DO PROLETARIADO
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO**

NO NORTE E
NORDESTE ESCREVA
PARA
CAIXA POSTAL
575 - AG.
CENTRAL
RECIFE - PE
CEP 50001

57 ANOS DA FUNDAÇÃO DO POR: PELA VITÓRIA DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA

O Partido Operário Revolucionário foi fundado em Cordova em junho de 1935, como secção da Oposição de Esquerda. José Aguirre Gainsborg, marxista de grande vulto, colocou como resposta à convulsão social, posterior à guerra do Chaco, a necessidade de organizar a vanguarda revolucionária e incluiu-se no projeto de Tristán Marof, com o qual romperia pouco depois (1938) já que este último buscava um partido eleitoral e não bolchevique.

Depois de uma longa vida larvária, à margem das massas, que ainda não compreendiam a posição porista surgiu no cenário nacional através do proletariado mineiro com a Tese de Pulacayo, documento fundamental da revolução boliviana. Suas bandeiras foram eixo da mobilização dos explorados e desembocaram na revolução de abril de 52, na qual o MNR as arrasta, chegando ao poder com roupas emprestadas.

Desde então, o POR combate o nacionalismo burguês, assentando as bases da posterior evolução política das massas, que em 1972 e através da Assembléia Popular (órgão de poder operário) deram às costas ao nacionalismo burguês Torres e lutaram por um governo próprio dos operários e camponeses. O POR foi o eixo fundamental da Assembléia Popular.

A partir daí, o trotskismo foi afirmando-se como resposta às necessidades dos explorados e constitui o único capital político que lhes resta, depois de haver percorrido os caminhos de inumeráveis agrupamentos e partidos que se deslocaram totalmente para a direita ou desapareceram. Fortalecido (e não debilitado como alguns esperavam) pela queda estrepitosa do estalinismo, procura converter-se num partido de massas, penetrar profundamente no seio dos explorados para consumir a REVOLUÇÃO PROLETÁRIA, único caminho para tirar o país do atraso.

Hoje, faz parte do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, porque considera que só a revolução socialista mundial permitirá acabar definitivamente com o capitalismo putrefato.

VIVA A REVOLUÇÃO
PROLETÁRIA!

(EXTRAÍDO DO JORNAL MASSAS
BOLIVIANO NR.1288 DE 05/06/92)

IX REUNIÃO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

Na segunda quinzena de julho será realizada a IX Reunião do Comitê de Enlace, que reúne o POR boliviano, o Comitê Construtor do POR argentino e a T-POR.

Dada a vertiginosa crise capitalista, a bancarrota do estalinismo e a agudização da luta de classes a nível internacional, a necessidade do proletariado desenvolver sua política internacionalista se torna premente. Evidencia-se cada vez mais a gravidade da crise de direção, principalmente diante da ofensiva recolonizadora do imperialismo e da restauração capitalista na Rússia e Leste Europeu.

As tendências reacionárias da sociedade burguesa em decomposição se voltam violentamente contra as massas assalariadas, que carecem dos partidos marxistas para responderem à altura com a luta revolucionária consciente. Isto é, carecendo do partido mundial, da IV Internacional, que se conserva como tendência histórica no Programa de Transição de Leon Trotsky, através do qual se edificou o POR boliviano e se constróem as demais secções do Comitê de Enlace.

É tarefa estratégica do trotskismo construir os partidos internacionalistas em todas as partes, como fator insubstituível da revolução socialista mundial. Nos países capitalistas, a ausência dos partidos proletários facilita a sobrevivência do sistema econômico caduco e socialmente bárbaro; nos países de economia estatizada, permite a restauração das relações capitalistas de exploração do trabalho.

A desintegração da União das Repúblicas Soviéticas, da Iugoslávia, etc têm aberto caminho para a guerra fratricida das nacionalidades, em cuja base se encontram as tendências pró-capitalistas. A introdução da economia de mercado, por pequena que tenha sido, já provocou um grande desastre social com a demissão em massa de

trabalhadores, restabelecendo o fenômeno estrutural capitalista do exército de desempregados. Na Europa Ocidental e EUA, a recessão vem golpeando as condições de vida da classe operária e intensificando a opressão sobre as minorias étnicas.

A luta interimperialista em torno da crise de superprodução e quebra econômico-financeira é descarregada sobre os trabalhadores e sobre os países semicoloniais, como Brasil, Bolívia, Peru, etc. A implantação nos países atrasados (semicoloniais) do neoliberalismo, cujo resultado tem sido a desnacionalização e o sucateamento das forças produtivas, transfere grande parte da desintegração imperialista sobre a maioria explorada do mundo.

Porém, as massas não recebem passivamente as medidas antipopulares. No mundo todo, despontam greves, rebeliões e violência revolucionária dos oprimidos contra os escravizadores. Cada vez mais essa situação ajudará o proletariado a amadurecer politicamente e reconhecer a necessidade de pôr em marcha a construção dos partidos marxistas-leninistas.

O Comitê de Enlace está imerso nesta situação. Um fator fundamental joga a seu favor, que é a presença do POR boliviano, chamado a responder pela situação revolucionária no altiplano. O Comitê de Enlace tem por norte estratégico servir de alavanca para o POR superar suas limitações, que se concentram na tarefa de se tornar um instrumento físico das massas, que buscam resolver seus problemas através da revolução proletária. Ao lado desta tarefa, cabe ao Comitê de Enlace dar um passo à frente no trabalho de estruturação programática das secções irmãs.

A vanguarda é o proletariado devem acompanhar par e passo a edificação deste embrião do internacionalismo (IV Internacional).